

A PRÁXIS NA CONSTRUÇÃO DA CONSCIÊNCIA DE CLASSE

PRACTICE IN THE CONSTRUCTION OF CLASS CONSCIOUSNESS

Nericilda Bezerra da Rocha¹

Andreyson Silva Mariano²

Cláudio Ferreira do Nascimento³

Resumo: Este trabalho objetiva discutir o papel que a práxis cumpre na construção da consciência de classe dos trabalhadores no contexto das transformações no mundo do trabalho. Para tanto, tomamos como referência o conceito de contraconsciência e de consciência *para si*, adotados, respectivamente, por Mészáros (2008) e Lukács (2012). A consciência de classe consiste no tornar-se consciente de sua situação histórica de classe, ou seja, sair da consciência *em si* (de uma classe) em direção à consciência *para si* (de classe), sendo a primeira a consciência que “apenas” é, e a outra a que *deveria ser*. A contraconsciência, nessa mesma perspectiva, estaria caracterizada pela postura contrária à internalização dos ideais do sistema capitalista, desse modo, caracterizado por um posicionamento para além do capital. A práxis, nos diferentes espaços formativos – escolas, sindicatos, organizações políticas, movimentos sociais – ao tomar como tarefa a construção da consciência de classe, deve contribuir com o desvelamento da lógica de funcionamento da sociedade capitalista e dos seus desdobramentos em todos os âmbitos da vida social.

Palavras-chave: Práxis. Educação. Consciência de classe.

Abstract: This paper aims to discuss the role of praxis in the construction of workers' class consciousness in the context of transformations in the world of work. For that, we take as reference the concept of counterconsciousness and consciousness for

¹ Graduada em Sociologia e Mestranda em Educação (Universidade Federal do Ceará - UFC).

² Graduado e Mestre em História (Universidade Estadual do Ceará – UECE). Doutorando em Sociologia (Universidade Federal do Ceará - UFC).

³ Graduado em Odontologia (Universidade Federal do Ceará - UFC). Especialista em Saúde da Família e Comunidades (Universidade Estadual do Ceará – UECE).

themselves, adopted by Mészáros (2008) and Lukács (2012) respectively. Class consciousness consists in becoming aware of its class-historical situation, that is, moving from consciousness itself (of a class) towards consciousness to itself (of class), the first being the consciousness that "only" *Is*, and the other *it should* be. The counterconsciousness, in this same perspective, would be characterized by the opposition to the internalization of the ideals of the capitalist system, thus characterized by a positioning beyond capital. In the different formative spaces - schools, trade unions, political organizations, social movements - in their task of constructing class consciousness must contribute to unveiling the logic of capitalist society and its unfolding in all spheres of social life.

Keywords: Praxis. Education. Awareness of class consciousness.

Introdução

Neste artigo, nosso empenho passa por articular as conexões entre práxis, consciência de classe e educação política, levando em consideração a classe trabalhadora e as possibilidades de uma transformação social, à luz desses processos conexos.

Trata-se de elucidar o lugar da práxis, tomada como práxis revolucionária, na perspectiva marxista, relacionando-a com a prática do proletariado e com o processo de educação política que lhe enseja o conjunto das organizações do seu campo (associações, sindicatos, partidos políticos etc.).

Aqui, não oferecemos uma receita a respeito da temática, mas a problematizamos, tendo em conta o intuito de proporcionar um exercício crítico de interlocução entre seus aspectos, à primeira vista, distintos e complementares.

Práxis: percurso e sentido

A ideia de práxis não é uma invenção de Marx, mas o seu sentido moderno, inelutavelmente, decorre – em larga escala – da compreensão do termo posta na obra do velho mouro. Entre os gregos, de Platão a Aristóteles, a questão adquire “charme de intelectual”, mas, no tocante ao sentido moderno, são expressivas as contribuições de Hegel e Feuerbach. Nesse longo e conflituoso percurso, a ideia chega a Marx, quando

da elaboração de sua Tese de Doutorado, alcançando o seu caráter mais definitivo, no entanto, somente nas célebres Teses Sobre Feuerbach.

Konder (1992) considera que “em seu conjunto, as onze teses constituem um texto, fascinante pela densidade, pela concisão e pela radicalidade inovadora. Com elas esclarece-se o sentido e precisa-se o alcance do conceito central da filosofia de Marx: o conceito de práxis” (p. 123.)

Desse modo, a categoria de práxis se torna central no pensamento e no legado de Marx, embora, ao longo do século XX, em particular, esse marco categorial tenha oscilado entre a preeminência e um estado quase lacunar, sem que sejam esquecidas ou menosprezadas as contribuições de Gramsci, Lukács, Kosik e Vázquez, apenas para citar alguns nomes.

Independentemente dessas conclusões genéricas - há pouco expostas -, o fato é que há de se admitir que nem Marx definiu esse constructo teórico-histórico de uma mesma maneira, e tampouco os seus continuadores chegaram a um consenso em torno da noção de práxis.

A nosso ver, inúmeras confusões envolvem as elaborações sobre o conceito de práxis e corroboramos da opinião de Konder (1992) de que as duas principais confusões foram, por um lado, a redução da práxis à prática e por outro, a redução da práxis ao trabalho. Quanto a esta última, parece-nos necessário resgatar as palavras de Paulo Neto e Braz (2011) quando colocam que:

O ser social é mais que trabalho, ele cria também objetivações que transcendem o universo do trabalho e a categoria teórica que explica esta realidade é a práxis. A práxis envolve o trabalho, mas inclui muito mais que ele: inclui todas as objetivações humanas, revela o homem como ser criativo e autoproductivo. O homem é produto e criação da sua autoatividade, ele é o que (se) fez e (se) faz. (PAULO NETO; BRAZ, 2011, p.53-54).

Neste artigo, porém, a práxis é entendida como uma atividade especificamente humana; atividade por meio da qual não apenas a realidade é constituída, mas, concomitantemente, compreendida, como autoatividade específica e determinada do ser humano. Ademais, ao se constituir em autoatividade do ser humano, de certo modo, a práxis se vincula aos processos próprios do que se poderia definir como mudança social.

Nessa perspectiva, é válida a iniciativa de recobrar Kosik na qual ele disseca o objeto que serve de motivo condutor a esta seção do presente artigo. Em seu livro intitulado *Dialética do concreto*, o filósofo de Praga afirma que:

A práxis na sua essência e universalidade é a revelação do segredo do homem como ser ontocriativo, como ser que cria a realidade (humano-social) e que, portanto, compreende a realidade (humana e não humana, a realidade na sua totalidade). A práxis do homem não é atividade prática contraposta à teórica; é determinação da existência humana como elaboração da realidade. (KOSIK, 1995, p. 222)

Aqui, a ideia de práxis como elaboração da realidade e atividade não contraposta à teoria, de fato, ganha foro de cidadania na interpretação categorial do termo que se tornou palavra-chave do sistema teórico marxista. Trata-se, em última análise, de tomar o termo como “a revelação do segredo do homem como ser ontocriativo”. Essa leitura corresponde – no plano histórico – ao entendimento que Engels formulara em *A sagrada família*, em que a história não é nada, a não ser aquilo que faz o indivíduo, as classes, a humanidade. Acontece que esse entendimento abarca a realidade e a compreensão dela e essa dialética se inscreve na fórmula viva da práxis. Assim, “A práxis é ativa, é atividade que se produz historicamente” (KOSIK, 1995, p. 222). Desse modo, nesse processo prático, que é a história, se realiza a distinção do humano do não humano, em que o primeiro assume a práxis, não como uma determinação exterior do seu ser, mas algo que se articula com a sua peculiaridade de criatura humana, ou, num sentido mais amplo, com a sua característica de humanidade.

Feitas essas observações, a nosso ver, fundamentais para que o leitor compreenda de que práxis pretendemos falar, é hora de avançar na análise, tomando como referência principal as reflexões de Marx a respeito da práxis.

Nas *Teses sobre Feuerbach*, Marx liga a práxis à ideia de práxis revolucionária, e é precisamente como práxis revolucionária que o conceito aparece nas páginas desse texto já consagrado na literatura marxiana. Sánchez Vásquez (2011), examinando o texto clássico marxiano, ata os múltiplos fios da noção de práxis, tomando-a como a) fundamento do conhecimento; b) critério da verdade; c) unidade da mudança do homem e das circunstâncias, e, finalmente, d) dos lastros da interpretação do mundo com a sua transformação.

Diferentemente do que ocorre n'Os Manuscritos econômico-filosófico, em que as noções de teoria e práxis parecem se contrapor de modo quase inflexível, nas *Teses*, com efeito, Marx ver na práxis, não um tipo de oposição qualquer à teoria, mas, de alguma maneira, como o fundamento da argamassa teórica.

Lênin, em seu clássico *Que fazer?* (obra em que o autor se opõe a visão e a prática política dos economicistas), afirma que não há movimento revolucionário sem teoria revolucionária, ressaltando e confrontando o desprezo que seus oponentes no debate têm com relação à teoria. Aqui, não há oposição entre teoria e prática, pois, para Lênin, a atividade prática não está contraposta à atividade teórica, conforme, décadas depois, Kosik ratifica.

Em Lênin, a práxis política e a consciência operária se articulam como uma totalidade, e, nesse sentido, é um desserviço dos economicistas, opor a atividade concreta do operário à ação política, uma vez que é a segunda que pode oferecer ao operariado o embasamento necessário para uma consciência do conjunto mais complexo da história, incluindo a compreensão de seu lugar social e da possibilidade de influir na mudança do mundo.

Se, nas palavras de Sánchez Vásquez (2011), “a passagem da filosofia à realidade requer a mediação dos homens” (p. 119), em Lênin, a passagem do domínio do capital à emancipação humana requer a mediação do proletariado como classe tendencialmente revolucionária. Em sua práxis ontocriativa, o proletariado se encontra diante da possibilidade de se atinar com a formação de uma consciência política que aponte, para usar a conhecida formulação de Mészáros, “para além” do capital. Lênin está imbuído dessa convicção e o tema da consciência é interno a toda reflexão que ele desenvolve em *Que fazer* (1978), notadamente, e em parte considerável de seu trabalho voltado para questões como luta de classes, classes sociais, partido revolucionário e revolução.

Quando Lênin evoca uma fórmula oposta a que a pouco enfatizamos, e, nessa perspectiva, afirma que a uma teoria revolucionária corresponde uma prática revolucionária, e acrescenta que o socialismo é a unidade do programa marxista com o movimento operário, ele parece destacar o lugar especial da práxis ontocriativa do proletariado na transformação do mundo, ainda que essa ação esteja mediada pela questão nodal da consciência. Não se trata de uma consciência psicológica.

Inversamente, ela assume na concepção leninista uma conotação social, política, antes de tudo. No tocante a esse aspecto da questão, diríamos que se trata, em última hipótese, de um problema que se desprende da discussão acerca da práxis, e, pedagogicamente, exige uma abordagem intrínseca, aspecto que pretendemos focalizar mais detidamente na próxima seção.

Práxis revolucionária e construção da consciência no contexto das transformações do mundo do trabalho

A consciência de classe é constituída de fluxos e refluxos, e, nesse sentido, é sempre uma obra em construção, uma obra inacabada, um gesto impreciso em busca de uma definição, a articulação de um caminhar e de um pensar que nem sempre apresentam em si uma sintonia fina. Independentemente disso, a formação da consciência não é o produto de uma reflexão fechada em um quarto escuro, mas o resultado dialético de movimentos que, em última instância, decorrem da práxis, unidade irresistivelmente humana, totalidade constituída de desempenho e reflexão.

Marx encontra na ideia de práxis revolucionária a saída para o beco aparentemente sem saída no qual se encontra a classe que vive da venda de sua força de trabalho. De feito, essa classe se vê diante do fantasma da alienação que a confina entre quatro paredes sem que consiga enxergar uma luz que indique uma possibilidade de sair das condições de penumbra em que se encontra. É uma classe em estado de solidão profunda. Sabe que é preciso fazer alguma coisa e não sabe exatamente o quê. O capital a divide e reina soberano. Mesmo assim, apoiado em Marx, Lênin acredita que essa classe é capaz de sair desse labirinto que o capitalismo lhe impõe. No horizonte leninista, não raro, essa possibilidade se associa as ideias de educação política e consciência socialista.

Para Lênin, a educação política só é possível se o proletariado, de fato, egressa do mundo no qual vive confinado, assentado unicamente nas relações de patrão e trabalhador, e, em larga medida, encerrado nos limites de uma só empresa, e, nessa lógica, ingressa no mundo das relações entre todas as classes, mediado pela ação política.

O que pensa Lênin? Ele percebe o trabalho fragmentado do operário, a fragmentação da classe que vive do trabalho, mas, do mesmo modo, ele percebe que essa classe e esse operário são capazes de uma resistência quase miraculosa aos ditames

do capital. Essa resistência, contudo, tem limites bem demarcados. Ela se limita aos horizontes capitalistas. É a situação de exploração que empurra o proletariado a resistir. Num determinado momento, a classe presente que, mais importante que a luta momentânea, é o que ele pode deixar de duradouro. É assim que ela organiza as associações e sindicatos e confere certa continuidade a sua luta. Essa organização primária, mas necessária, do trabalhador, não raro, tem um caráter essencialmente defensivo. Trata-se de se defender dos horrores do capital sem, entretanto, visualizar a sua transformação. Estamos perante uma consciência-em-si. Em Miséria da filosofia, Marx afirma:

Na luta que só assinalamos algumas fases, essa massa reúne-se, constitui-se em classe para si mesma. Os interesses que defende tornam-se interesses de classe. Mas a luta de classe com classe é uma luta política. (2001, p. 151)

Observe-se que o essencial dos pressupostos marxianos é retomado por Lênin em *Que fazer* (1978), qual seja: as distintas fases nas quais se desenvolvem as lutas de classes, as relações entre lutas e interesses de classes e o caráter político da luta de classes. Nessa *óptica*, não basta que o trabalhador compreenda que existem interesses contraditórios e antagônicos dele com o capitalista, mas é preciso ele compreender que esses interesses conduzem a uma luta de classes na qual esses interesses se chocam e que essa luta de classes, fundamentalmente, é uma luta política. A esse processo vivo se associa a ideia de uma consciência política revolucionária, ou, num sentido provavelmente mais amplo, a uma práxis revolucionária.

Aqui, é preciso abrir um parêntese: reputamos ser útil recordar de que a história em Marx (assim como em Lênin) não é um processo simples, linear, cronológico e natural. A atividade social, motor da história, vê-se diante de forças, das quais ela é criadora e que, paradoxalmente, se levantam como uma barreira ante as expectativas de indivíduos e grupos, as quais, impiedosamente, destroem os seus cálculos. Diferentemente dos céticos, no entanto, Marx e Lênin acreditam que a pedagogia de ferro do capital ensina, que a luta de classes instrui e treina, e que, nesse trajeto, o proletariado adquire conhecimentos políticos. Desse modo, o proletariado se vê ante a possibilidade de não apenas institivamente, mas, notadamente, de forma consciente, fazer frente aos martírios do capital e da ideologia que parece lhe ungir com o óleo miraculoso da eternidade. Quando a luta simples do trabalhador com o patrão se torna

uma luta de classe com classe, uma luta política, finalmente, a massa que se reúne se transforma em classe para si mesma.

A práxis revolucionária se liga rotundamente a esse cenário histórico, e já na Ideologia alemã, Marx e Engels se pronunciam vivamente a esse respeito, definindo, em largas pinceladas, o conteúdo transformador de suas convicções históricas, filosóficas e políticas:

Essa concepção, diferentemente da idealista, não busca uma categoria em cada período, mas se mantém sempre sobre o terreno da história real; não explica a prática partindo da ideia, mas explica as formações ideológicas sobre a base da prática material, através do que chega, conseqüentemente, também ao resultado de que todas as formas e todos os produtos da consciência não podem ser destruídos por obra da crítica espiritual, mediante a redução à “autoconsciência” ou à transformação em “fantasmas”, “espectros”, “visões” etc.; mas tão somente podem ser dissolvidas com a derrocada prática das relações sociais, das quais emanam essas quimeras idealistas de que a força propulsora da história, inclusive a da religião, da filosofia e a de toda a teoria, não é a crítica, mas sim a revolução. (MARX; ENGELS, 2007, pp. 61/62)

Essa passagem resume brilhantemente a concepção materialista da história e desvenda o caráter prático e ativo da elaboração da realidade, ou em linguagem kosikiana, da revelação do segredo do homem como ser ontocriativo e da realidade como manifestação da criação humana. Lênin tem o mérito de traduzir essa linguagem para o terreno da ação política e da educação pela ação política.

Em Lênin, a consciência política do proletariado, com vistas a levá-lo além dos limites profundos da ordem do capital, coincide com a efetivação do socialismo como força material, e não apenas como ideologia de determinados grupos isolados das massas. Quando Lênin afirma que essa consciência é exterior à luta econômica, de fato, ele está declarando que a luta política não decorre simples e diretamente da luta econômica. É de fora da luta elementar do trabalhador com o patrão que aflora a luta política, de classe com classe, que é mediada por mil fios quase imperceptíveis, e da qual brota a consciência para si das massas que se reúnem.

Essa consciência não decorre de uma práxis superior, orgânica, que, hipoteticamente, ignora a luta molecular, elementar, do proletariado, uma vez que a práxis humana não despreza aquilo que se define por ser simples e básico, e tampouco mistifica as formas mais desenvolvidas da luta de classes, expressa na luta política. A práxis revolucionária incorpora e articula as formas elementares e orgânicas da luta de

classes em uma só e mesma perspectiva: a superação da ordem do capital e a criação das condições que impulsionem a emancipação humana. Eis o segredo da práxis revolucionária e da consciência que lhe é inerente.

Em tempos de profundas mudanças no mundo do trabalho, precarização do trabalho e do trabalhador e intensificação da alienação (ou estranhamento) do trabalho sob os regimes flexíveis (ou toyotismo), a práxis revolucionária para a formação da consciência de classe é ainda mais premente.

Para Luckács (2012), a consciência de classe não é a consciência psicológica de cada proletário ou a consciência psicológica de massa do seu conjunto, mas o sentido de tornar-se consciente de sua situação histórica de classe. Nesse sentido, opinamos que a classe trabalhadora necessita entender no sentido de revelar, todos esses processos de transformações no mundo do trabalho e a lógica de funcionamento da sociedade capitalista. Seria sair da consciência *em si* (de uma classe) em direção à consciência *para si* (de classe), sendo a primeira a consciência que “apenas” é, e a outra a que *deveria ser*. Em geral, segundo Luckács, cabe ao movimento revolucionário possibilitar esse avançar da consciência de classe.

Práxis e educação política

Saviani (2004) sustenta a ideia de que “o proletariado não pode se erigir em força hegemônica sem a elevação do nível cultural das massas. Destaca-se aqui a importância fundamental da educação” (p. 3). Definitivamente, essa nos parece uma visão adequada das relações entre a classe operária e a tarefa que se desprende de sua caracterização como classe tendencialmente revolucionária. A questão, no entanto, mais densa se desvela noutro problema, qual seja: o que se entende por educação?

Marx e Lênin nunca desprezaram a importância da educação no sentido formal do termo. Acontece que eles sempre observaram e admitiram a existência de práticas pedagógicas que se espraiam além dos muros das instituições educacionais reconhecidas: escolas, colégios, universidades etc. O proletariado se nutre pedagogicamente dessas práticas que se desenvolvem paralelamente à educação formalizada. Num mundo em que as instituições escolares não deixam de estar permeadas pelo signo de classe, essa educação paralela desempenha papel obrigatório no que diz respeito à formação da consciência política do proletariado. Não é mera coincidência que as instituições do Estado e as representações patronais,

irrefutavelmente, buscam enfraquecer e controlar as organizações nascidas das mãos e necessidades da classe trabalhadora.

O Estado e a burguesia, num primeiro momento, tentam impedir e ilegalizar as organizações oriundas da classe trabalhadora: associações, sindicatos, ligas, partidos etc. A força da luta de classes e da práxis transformadora da classe trabalhadora e de suas organizações impediram que esse desiderato estatal-burguês pudesse obter êxito. As organizações da classe trabalhadora resistiram e conseguiram se sobrepor ante a tentativa liquidacionista do Estado e dos patrões. Parece-nos suficiente que se estudem as décadas de luta dos trabalhadores britânicos para obterem o reconhecimento legal de suas entidades e que se examinem detidamente as leis contra os socialistas na Alemanha bismarkiana. Esses são momentos nos quais a classe que vive da venda de sua força de trabalho e suas representações sociais e políticas se veem obrigados a resistir ao sistema repressivo empresarial-estatal. Essa resistência cria um acúmulo político e esse se revela um pressuposto essencial no processo de educação política do proletariado. A reação burguesa-estatal não custa a se articular e essa articulação resulta no controle legal das instituições e atividades organizadas pelos trabalhadores. Os sindicatos são legalizados. O preço disso é a tentativa de cooptá-los e torná-los dóceis ante o domínio arrasador do capital. Desse modo, a formação da classe, no limite de suas organizações, não se faz sem contradições.

Basta que seja lembrado o processo de domesticação dos partidos socialistas, surgidos no calor das lutas da dobra do século XIX para o XX; processo que se faz, sobretudo, a começar da primeira grande guerra, mas que segue ao longo dos anos, tornando essa importante conquista dos trabalhadores em ferramenta de preservação da ordem do capital. Processo muito semelhante acontece com o sindicalismo que, notadamente, no correr do século XX, se transforma em parte um instrumento de conciliação com a ordem existente.

Malgrado essas contradições, os partidos socialistas e os sindicatos cumprem, num dado momento, importante papel formador das classes trabalhadoras, e, no caso do movimento sindical, ainda hoje, é perceptível o papel que desempenha nas lutas sociais de resistência, e dessa maneira, na educação política de amplas massas, que, em geral, ou estão alijadas da educação formal ou por ela passam de modo um tanto quanto aligeirado.

Assim, as organizações da classe trabalhadora permitem que o senso comum do trabalhador se defronte com a possibilidade de superá-lo dialeticamente. Superá-lo dialeticamente significa incorporá-lo e articulá-lo a um senso crítico que decorre do confronto capital-trabalho, e por meio de múltiplas mediações enseja a possibilidade de um salto em direção a uma consciência para si. Essa consciência nunca é dada individualmente. Ela é produto acabado das lutas coletivas e só coletivamente consegue se encher de êxitos. A práxis revolucionária compreende essa perspectiva coletiva. Individualmente, o homem consegue interpretar o mundo, mas transformá-lo, na perspectiva marxiana da tese 11, só mediante a ação coletiva.

Marx e Engels (2007) afirmam n'Ideologia alemã que é a revolução e não a crítica espiritual a força propulsora da derrocada prática das relações sociais existentes, e por isso quando Marx concebe a práxis, de modo amadurecido, ela a toma como práxis revolucionária. Gramsci, quando se refere à filosofia da práxis, ele não quer somente driblar a censura fascista, mas, igualmente, destacar o conteúdo prático, ativo e revolucionário imerso no legado de Marx. Esse conteúdo se vincula à compreensão da inatingibilidade de uma sociedade justa sem superar a linha que separa o domínio do capital de um horizonte social igualitário. Em larga escala, a consciência política do proletariado avança concomitantemente com a compreensão dessa inatingibilidade concreta há pouco indicada. Pela práxis revolucionária é que o trabalhador realiza um exercício decisivo de educação política.

Se o sistema de análise da consciência de classe, amparado em Marx e Lênin, em particular, não autoriza o estudioso da questão a tomar o desenvolvimento da consciência de classe como um processo linear, do mesmo modo, a educação política da classe trabalhadora não pode ser vista como uma linha reta que corresponde à evolução de suas lutas e de sua organização como classe. Convém ter em mente o fato de que a história não é uma linha reta e o sistema de educação do proletariado não exclui os produtos de todas as suas variáveis. Somente a sua prática criadora, que convive com momentos de fluxos e refluxos, pode ensejar consistência a um projeto que aponte para superação da ordem vigente. A ideologia socialista vem do exterior da luta econômica, mas só se torna força material se o proletariado a toma como sua ideologia e não como uma ideologia que lhe é estranha, imposta e impertinente. Essa unidade do movimento operário com a teoria marxista não é a imposição da segunda sobre o primeiro.

A questão de fundo é que muitos partidos que surgiram como ferramentas dos trabalhadores se deixaram cooptar pela lógica do capital. Paralelamente, parte dos sindicatos se adaptou as engrenagens do capital. Quando em verdade, o conflito capital-trabalho exige o oposto.

Mészáros (2008) destaca que o fundamental é a organização e a luta pela transformação social e que não há outra saída senão romper com a lógica de mercado para, só então, educar para que a vida proporcione uma “contra-internalização” dos sentidos que propagam a lógica do metabolismo social do sistema capitalista (MÉSZÁROS, 2008). Esta “contra-internalização” nada mais é que a “contraconsciência”, ou seja, um primeiro passo para romper com a lógica desumanizadora do capital. Ainda na perspectiva do autor, a contraconsciência se caracteriza pelo posicionamento contrário à internalização dos ideais do sistema.

O filósofo húngaro considera que é a educação “contraconscientizadora” que vai alocar o indivíduo na categoria de agente transformador benéfico do espaço onde está inserido e de sua realidade socioeconômica e cultural, dotando-o da capacidade de refletir sobre suas situações e sobre os caminhos históricos da humanidade, rejeitando o asceticismo de conclusões mastigadas e esmoladas pelos dominantes.

Entretanto, conforme já mencionado, a práxis política de algumas organizações políticas dos trabalhadores em tempos de transformações regressivas no mundo do trabalho, é um vetor contrário à práxis revolucionária abordada neste artigo. E é assim porque que os trabalhadores não trocam uma ferramenta por outra sem que se veja porque em condições de substituí-la a primeira por uma segunda. Esse processo é parte de seu aprendizado. Mediante a sua práxis cotidiana é que eles podem efetuar essa permuta, que nunca é o produto do desejo dos que se intitulam revolucionários e perdem de vista o processo real de experiências das amplas massas. Essas experiências são insubstituíveis e compõem uma parte do curso no qual se educa a classe trabalhadora. Essa práxis educativa envolve práticas pedagógicas que se que propagam além dos limites da escolaridade formal, ainda que não a negue como direito e conquista dos que pertencem à classe dos despossuídos, ainda que a tenha como uma trincheira que precisa se vencida para que o conhecimento acumulado pela humanidade, ao longo de milênio, também venha a se constituir em um importante apoio aos que precisam mudar o mundo.

Em todo caso, a práxis envolve a atividade prática, política e teórica, e essa não se separa da atividade educativa que é, simultaneamente, uma parte notória da realidade e um modo de acesso aos seus segredos internos. Em suma, a educação, e, em particular, a educação política, é condição de uma práxis revolucionária.

Considerações finais

Em sentido lato, a práxis é a condição de determinação da realidade e do entendimento a seu respeito. No caso que nos interessa mais diretamente, a práxis revolucionária se relaciona com o exercício de transformação do real.

Isto posto, para o proletariado, a práxis é determinante no sentido de abarcar um mundo em que lhe é imposta dupla pena: alienação e solidão. Só quando age como classe, se articulando entre si e contra o capital, somente aí, efetivamente, o proletariado começa a confrontar o sistema de dupla pena.

Não se trata de vencer a alienação e a solidão para derrotar o domínio do capital. Ao se defrontar com esse domínio como coletivo organizado e apoiado em suas instituições, de fato, a classe trabalhadora já enfrenta o sistema de dupla pena, e ao enfrentá-lo, com efeito, vive um fascinante processo de educação política, condição necessária para que a consciência em si se revele como consciência para si, quando, aliás, o desenvolvimento da consciência advém de uma luta político-ideológica exterior aos limites da luta puramente econômica.

Referências

KONDER, Leandro. O futuro da filosofia da práxis, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

LENIN, Vladimir Ulianov. *Que fazer?*, 2ª ed., Lisboa/Portugal: Avante, 1978.

LUKÁCS, George. **História e consciência de classe – estudos sobre a dialética marxista**. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

MARX, Karl. **Miséria da filosofia**, São Paulo: Centauro, 2001.

_____; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2008.

PAULO NETO, J.; BRAZ, M. **Economia Política: uma introdução crítica**. São Paulo: Cortez, 2011.

SÁNCHEZ VÁSQUEZ, Adolfo. **Filosofia da Práxis**, Buenos Aires; Clacso; São Paulo: Expressão Popular, 2011.

SAVIANI, Dermeval. **Do senso comum à consciência filosófica**, Campinas, SP: Autores Associados, 2004.